

**“APERTANDO A ENGRENAGEM”:
A UNIVERSIDADE EM TEMPOS DE REGRESSÃO**

Scheilla Nunes

RESUMO: No presente artigo se procura pensar como a universidade é cortada pela atual crise. O objetivo é evidenciar o vínculo existente entre o direcionamento assumido pela produção social de conhecimento na sociedade moderna, o desenvolvimento das forças produtivas, os determinantes da crise estrutural, e as novas exigências postas para o Estado na atualidade. O que se argumenta é a necessidade de que sejam alinhavados estes fios que comumente aparecem soltos, para que seja possível compreender o sentido da refuncionalização a qual resulta na universidade contemporânea. Deste modo, se pretende chamar atenção para o abismo que parece existir entre as inúmeras e urgentes demandas humanas de um mundo atravessado por uma crise civilizatória e o sentido da própria atividade produtiva e reflexiva dos seres humanos historicamente situados nos liames do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; reforma do ensino superior; produção social de conhecimento; Estado; crise capitalista.

1. INTRODUÇÃO

Universidade. Se a etimologia da palavra universidade nos remete a expressões como: universalidade, totalidade, e comunidade; sua figura contemporânea nos permite ponderar tais associações de sentido, e considerar se o desenvolvimento histórico desta, que é também chamada Academia, não a embrenhou por caminhos outros pouco ou quase nada dotados de universalidade e totalidade – a não ser no que se restringe à construção de uma ciência de caráter universal; enquanto comunidade é fato que tenha se objetivado, mas talvez apenas como a soma dos pares, como a associação entre os comuns que conformam o inteiro de uma instituição, e não como um lócus a serviço de uma ou mais comunidades que compõem a sociedade. Não obstante, a universidade moderna foi e continua sendo um legitimado espaço em que se projetam aquelas expectativas próprias do Esclarecimento¹, ao qual o que efetivamente se delega é a responsabilidade de ser um instrumento por onde escoam tanto os impressionantes resultados da produtividade do conhecimento típica da sociedade capitalista, quanto a capacitação da força de trabalho instruída para movimentar estes mesmos resultados.

É verdade que os feitos da ciência moderna, encarnados num enorme aparato tecnológico – que são manipulados pelo universo acadêmico –, fazem crer que não só é razoável como é louvável o rumo assumido pela produção de conhecimento ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Contudo, as diversas dimensões e expressões da crise contemporânea do capital evidenciam o abismo que parece existir entre as necessidades humanas gritantes e o sentido da atividade produtiva e reflexiva dos seres humanos na sociedade produtora de mercadorias. Da percepção de que existe um vínculo entre os determinantes da crise civilizatória² que nos alcança, o desenvolvimento das forças produtivas, e as novas exigências postas para o Estado na atualidade, se torna possível por em questão o consentimento generalizado que encobre a direção assumida pela produção de conhecimento nesta forma social e, conseqüentemente, às tarefas assumidas pela universidade. Nesse sentido, o presente texto tem como fio condutor a seguinte questão: qual o sentido da refuncionalização que resulta na universidade contemporânea?

¹ As expectativas que constituem o projeto do Esclarecimento correspondem à apreensão racional do mundo que objetiva dominar a natureza e superar o mito, emancipando o homem. Uma crítica contundente à objetividade alavancada por essas projeções é elaborada por Adorno e Horkheimer no livro “A dialética do esclarecimento”.

² Chama-se crise civilizatória na medida em que esta parece se constituir numa crise que é ao mesmo tempo econômica, ecológica e enérgica, de maneira que engloba o conjunto dos valores até mesmo ao nível da vida cotidiana (consumo, uso da tecnologia, etc.).

A aceleração da inovação tecnológica exige uma organização sistêmica e intencional da pesquisa estabelecendo, sobretudo a partir do capitalismo tardio, um desenvolvimento científico que como qualquer outro negócio específico é alvo de investimento autônomo. Ainda que o acesso ao conhecimento sempre tenha tido um relevante papel na luta competitiva, há uma forte renovação de interesse nesse âmbito na medida em que o conhecimento da técnica mais recente, do último produto, da mais nova descoberta científica implica na possibilidade de alcançar vantagens competitivas, e pode desembocar em decisões bem-sucedidas, ou seja, lucrativas. Assim, a produção organizada de conhecimento se expande assumindo cada vez mais seu cunho comercial.

Em que pese à impossibilidade de definir aleatoriamente objetivos próprios de produção no vazio social projetando um ambiente de pesquisa ideal, os cientistas da modernidade se desdobram sobre meios que são colocados à sua disposição pela imperativa necessidade de expansão do capital. Os recursos dos quais usufrui a ciência na atualidade são inegavelmente extraordinários. Tão extraordinários que só são acessíveis a sociedades que estiveram historicamente na dianteira desse processo de desenvolvimento, de maneira que se perpetue o sistema desigual de exploração a nível mundial que inviabiliza qualquer projeção otimista de modernizar e transferir condições de produzir tecnologia altamente avançada em regiões periféricas do capitalismo mundializado.

A mistificação que envolve a estrutura social característica do capitalismo propaga o empenho compulsivo na busca de “sucesso” e impõe uma submissão cega à autoridade tecnológica.³ Pela mesma via as reformas operadas no ensino superior mundialmente estão estritamente vinculadas aos esforços do capital para subordinar a produção da capacidade intelectual às necessidades de sua valorização. Sob a ilusão da liberdade abstrata que se forja na escolha de uma profissão, efetiva-se o direcionamento dos que ingressam no ensino superior para as áreas convenientes de acordo com a exigência de formar profissionais aptos a desenvolver tarefas específicas no processo de produção ou circulação.⁴ Trata-se de uma

³ Como bem coloca Mészáros, “talvez a mais eficaz das maneiras pela qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade seja o apelo à autoridade da ciência, em cujo nome a adoção de certas medidas e cursos de ação é recomendada” (2010, p. 245).

⁴ O que incide no aprofundamento da divisão do trabalho, mencionado anteriormente. “Como a produção e a circulação de mercadorias são os pré-requisitos gerais do modo de produção capitalista, a divisão do trabalho na indústria requer que a divisão do trabalho na sociedade em geral já tenha atingido certo grau de desenvolvimento. [...] Como a divisão do trabalho se apodera, não apenas da esfera econômica, mas de todas as esferas da sociedade e lança por toda parte os fundamentos daquele sistema açambarcador de especialização e separação dos homens, daquele desenvolvimento de uma única faculdade humana, a expensas de todas as outras (MARX apud MANDEL, 1985, p. 265).

exigência que circunscreve o ensino superior na normativa de uma ciência aplicada, especializada e submetida à divisão capitalista do trabalho.

Deste modo, o capitalismo contemporâneo é o cenário da exacerbação da contradição entre a expansão da riqueza socialmente produzida e o empobrecimento das atividades humanas. Na medida em que a educação superior se restringe a oferecer qualificação para processos específicos de trabalho, o “trabalho intelectual proletarizado” se constitui mercadoria a ser vendida de acordo com suas condições de reprodução. A especialização sem precedentes promove a formatação de peritos aprisionados à estas mesmas condições. Os investimentos produtivos no sistema educacional evidenciam a possibilidade inclusive de calcular sua lucratividade; obviamente o cálculo da lucratividade não é mediado pela satisfação das necessidades sociais gerais, mas estabelece o fundamento político-financeiro das contemporâneas reformas tecnocráticas que são operadas no ensino superior.

O que Mandel (1979) chama de processo de “proletarização do trabalho intelectual” não corresponde exatamente a um baixo nível de vida ou a um consumo limitado, mas, sobretudo, a uma alienação progressiva. As reformas funcionais pelas quais passa o ensino superior promovem a perda de acesso aos meios de trabalho e de controle das condições de trabalho intelectual, submetendo o trabalhador a exigências que não se relacionam com o desenvolvimento de suas capacidades ou com suas próprias necessidades. A superespecialização, a instrumentalização e a proletarização são elementos que confluem nas reformas universitárias e são levados ao apogeu através da subordinação direta do ensino e da pesquisa na universidade aos projetos de empresas privadas ou de serviços governamentais.

Um exemplo elucidativo das reformas funcionais do ensino superior que ocorrem nas últimas décadas é o Processo de Bolonha. A declaração de Bolonha de 1999 – que desencadeou o Processo de Bolonha – consiste em um documento conjunto elaborado e assinado pelos Ministros da Educação de 29 países europeus.⁵ Tal declaração marca uma significativa alteração no que se refere às políticas vinculadas ao ensino superior porquanto compromete os países envolvidos a promoverem reformas em seus sistemas de ensino adequadas aos princípios estabelecidos. Os princípios que compõem esta declaração têm como objetivo fundamental “elevar a *competitividade* internacional do sistema europeu”, objetivando através de ações conjuntas promover a competitividade do sistema de ensino de maneira a assegurar a empregabilidade de seus cidadãos.

⁵ A declaração de Sorbonne de 25 de maio de 1998 é na verdade o ponto de partida desse processo, que é efetivado com a declaração de Bolonha em 1999. Até 2009 mais 18 países aderiram à Declaração de Bolonha.

A ideia base é garantir um funcionamento integrado das instituições de ensino superior homogeneizando os mecanismos de formação de maneira que o estudante possa ter um diploma reconhecido em qualquer universidade de qualquer Estado membro, com a justificativa de promover empregabilidade. Com o lema de impulsionar crescimento econômico e garantir o lugar da Europa na competitividade mundial, a universidade clássica é metamorfoseada num centro de preparação para o trabalho. A estratégia de justificar as reformas técnicas das universidades pela empregabilidade dos jovens é recorrente e alimenta as expectativas geradas em torno de uma bem sucedida inserção no “mercado de trabalho”. Curioso é confrontarmos a preocupação central das reformas com “empregabilidade” dos jovens, com dados recentes dos países europeus que expressam uma realidade bem diferente da que supostamente foi projetada por estas reformas. Espanha e Grécia, que fazem parte do Processo de Bolonha, são exemplos emblemáticos da falácia do discurso das reformas por seus índices de desemprego jovem (atribuído à faixa de idade entre 18 e 35 anos) que alcançam os 50%.

Nesse sentido, nota-se que atribuição do título de “sociedade do conhecimento” para a sociedade atual não só é falha como a realidade parece indicar o contrário: que o presente é marcado por uma crescente incapacitação intelectual da humanidade, e por uma miséria social de extensão arrasadora, justamente como reflexos da combinação explosiva entre capitalismo, educação e ciência (KIEZNIK, 2012). As metamorfoses sofridas pelas instituições universitárias as levam a assumir em suas práticas contemporâneas o papel de administradora de dados e informações que possam ser úteis e interessantes ao mercado; o que significa dizer que a produção social de conhecimento tende a ser substituída pela administração de dados e informações num processo de assessoramento ao mercado que subsume sua capacidade de crítica e reflexão.

Na medida em que são empreendidas reformas educativas muito similares entre si na grande maioria dos países do mundo – reconhecidas suas devidas peculiaridades – torna-se notório o seu vínculo com uma lógica de transformações mais profunda que conecta as diversas dimensões da vida social no momento histórico em que o capitalismo alcança sua maturidade e todas as partes do planeta. O que se afirma é que não há como analisar a funcionalidade do ensino superior na contemporaneidade desconectando-o do direcionamento dado à produção social de conhecimento e às características próprias do desenvolvimento da sociedade produtora de mercadorias que promove sucessivas mudanças em sua base técnica e em seu processo produtivo.

II

O que ocorre com a ciência não pode se explicar desprendendo-a da realidade na qual ela está inserida – que é resultado de relações e processos sociais históricos. A ciência não se desenvolve a partir de uma lógica própria permanente, o tipo de direcionamento e os recortes de pesquisa com os quais se preocupam os cientistas na atualidade (e ao longo do desenvolvimento do capitalismo) são engendrados pelas exigências objetivas do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Trata-se de uma ciência que corresponde a uma ordem social historicamente determinada, assim, os obstáculos estão colocados sobre os pilares objetivos de determinações contraditórias. A afirmação de Marx nos *Grundrisse* nos ajuda a mapear as implicações envolvidas entre a ciência e o desenvolvimento das forças produtivas:

O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele (2011a, p. 589).

Nesse sentido, é importante considerar o trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva imediata. No processo de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, a criação da maquinaria, que subtrai do “trabalhador coletivo” (força ativa do processo de produção anterior) seu princípio ativo determinante, marca o surgimento de uma força específica deste modo de produção. O aprofundamento da divisão do trabalho transforma de tal maneira as já então mecânicas operações dos trabalhadores que o mecanismo é introduzido em seu lugar. Na medida em que as ferramentas são reunidas em um mesmo instrumento de trabalho, o capital prescinde do trabalho imediato como princípio determinante da produção material (embora não ocorra o mesmo com a produção de valor), transformando a ciência em força produtiva direta. A partir de então a divisão do trabalho pressupõe um caráter científico para o processo de produção que corresponde à divisão entre concepção e execução e representa a materialização do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. A inversão característica da coisificação do processo produtivo capitalista, ganha, deste modo, uma realidade “tecnicamente palpável”.

Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho, mas ao mesmo tempo processo de valorização do capital, tem em comum o fato de que não é apenas o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas que, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável. Mediante sua transformação em autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com

o trabalhador como capital, como trabalho morto que domina e suga a força de trabalho viva (MARX, 1984a, p. 43-44).

O uso da tecnologia como fator de concorrência entre capitais é que leva o capitalista individual a se valer do uso da maquinaria, e não suas vantagens gerais (como, por exemplo, a diminuição do esforço braçal do trabalho humano); contudo, ocorre que a desvalorização da força de trabalho aparenta ser um processo autônomo – produto de uma lógica imanente advinda da própria máquina. A lógica imanente que opera nas transformações do processo produtivo do capitalismo não é outra senão a do “valor que se valoriza”; nas palavras de Marx:

O valor passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, transformando-se numa entidade que opera automaticamente. [...] Na verdade, o valor torna-se aqui o agente de um processo em que, através do contínuo revezamento das formas dinheiro e mercadoria, modifica sua própria magnitude como valor excedente, se afasta de si mesmo como valor primitivo, e se expande a si mesmo (MARX, 2011b, p. 184).

Romero (2005) explica que a autonomização dos instrumentos de trabalho frente ao trabalhador marca a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital.⁶ Nesse ínterim, efetua-se a separação entre concepção e execução na medida em que se expropria o conhecimento dos agentes ativos, materializando o saber numa forma a eles externa (ROMERO, 2005). Subordina-se, deste modo, o processo de produção à ciência e esta última à valorização do capital.

A ciência e a técnica no modo de produção capitalista são concebidas de maneira subordinada à lógica produtivista pautada pelo tempo mínimo e não de acordo com sua utilidade social (ROMERO, 2005). Esta constatação representa a progressiva perda de conteúdo das atividades humanas na medida em que estas tomam a forma de valor. Entretanto, ainda que a expansão e a acumulação de capital estejam fundadas na exploração do trabalho humano, o trabalho humano que é a substância do capital, tem sua importância determinante encoberta.

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos dos trabalhos como valores; a medida por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. [...] Chamo a isso de fetichismo, que está sempre

⁶ A subsunção formal corresponde às relações de produção que são apenas formalmente capitalistas uma vez que o capital ainda não se apropriou materialmente do processo de trabalho através do revolucionamento dos meios de produção. A subsunção real corresponde às relações de produção efetivamente capitalistas, porquanto são criadas forças produtivas próprias que subordinam por completo o processo de trabalho ao capital (ROMERO, 2005).

grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2011b, p. 94).

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo, que transforma a atividade humana produtiva em produção de mercadorias, se efetiva através da troca quantitativa entre qualidades distintas e condiciona o metabolismo do homem com a natureza à acumulação como fim em si mesmo. É nesse sentido que se pode considerar invertido um processo social no qual as relações humanas são abstraídas de seu conteúdo ao serem sobrepostas por uma objetividade social fundamentada no valor atribuído à mercadoria que, como um invólucro, oculta o caráter social do trabalho.

Decorre deste processo, portanto, a impossibilidade de conciliar a produção para o uso (sob o critério da necessidade) e a necessidade de expandir o valor de troca, o que, por conseguinte, torna a produção para a troca um fim sem que precise corresponder a qualquer demanda real. O uso real acaba por ser subsumido pelo mero ato da transação comercial subordinando quaisquer ponderações de necessidades humanas à um perverso metabolismo social invertido.

Com o amadurecimento do capitalismo, que se expressa na plena industrialização de todos os ramos da economia e na crescente mecanização do âmbito da circulação e da superestrutura, desenvolve-se uma constante pressão para acelerar a inovação tecnológica porquanto a redução de outras fontes de mais-valor implica na ininterrupta busca de “rendas tecnológicas” que são obtidas exclusivamente pela permanente renovação tecnológica.⁷ Nesta perspectiva, a terceira revolução tecnocientífica é engendrada pelos esforços efetuados pelo capital no movimento de superação do período de recessão durante as décadas de 30 e 40 do século XX. A economia armamentista tem um importante papel neste movimento porquanto suas necessidades técnicas de desenvolvimento oferecem a tecnologia da automação como possibilidade para aplicação em processos de produção consecutivos e automáticos que se tornam independentes do contato humano direto.⁸ O emprego da nova tecnologia se propaga paulatinamente e de forma progressiva pelas esferas produtivas no intuito de diminuir

⁷ “Rendas tecnológicas” consistem em superlucros oriundos da centralização do progresso técnico - invenções capazes de baixar o custo das mercadorias não são incorporadas por um ramo de produção aplicando-se por todos os concorrentes uma vez que são impedidas por barreiras impostas pela estrutura do capital monopolista, quais sejam: controle de patentes, proporções do investimento mínimo, obstáculos na entrada e etc. (MANDEL, 1985).

⁸ Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se impõe como grande potência imperialista mundial, atribuindo a si mesmo o papel de destruir qualquer ameaça ao domínio do capital; a Guerra Fria e a eterna corrida armamentista são expressão desse movimento norte-americano que tem como baliza real o fortalecimento da indústria armamentista cuja rentabilidade se torna fundamental para a economia do país. (MANDEL, 1985).

drasticamente os custos salariais diretos, o que significa a eliminação em larga escala de trabalho vivo do processo produtivo.

As transformações impulsionadas pela terceira revolução tecnocientífica, que têm como ponto alto a substituição da eletromecânica pela eletrônica e a informatização crescente do processo de automação, são operadas no processo produtivo. A alteração substancial do processo produtivo tem fortes impactos no processo de trabalho e respectivamente em seus mecanismos de controle que sofrem profundas alterações. Substituem-se as formas organizacionais base do processo produtivo do período anterior pelas novas tecnologias configurando um novo modelo de produção “flexível” que redireciona tanto o processo de trabalho quanto o mercado, os produtos e os padrões de consumo. Esse tipo de acumulação designada flexível “envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (HARVEY, 2010, p.140). A flexibilidade e a mobilidade aumentam poderes que permitem aos empregadores pressionar de forma mais dura o controle do trabalho sobre uma força de trabalho já enfraquecida pelo aumento progressivo do desemprego.⁹ A construção de focos de produção flexível em regiões que não possuíam tradição industrial anterior incide sobre o trabalho organizado e implica níveis de desemprego que passa a ser denominado estrutural. Assim como na projeção de Marx no que se refere à relação entre os avanços tecnológicos e o processo produtivo, aponta-se que a revolução tecnológica efetivamente implica, com o amadurecimento do capitalismo, uma brutal economia de trabalho vivo marginalizando grande parte da população.

Nesse sentido, o capitalismo contemporâneo se depara com o decisivo limiar entre a automação parcial e a automação total sobre o qual se equilibra a partir da terceira revolução tecnocientífica. À medida que a eliminação de trabalho vivo do processo de produção efetivamente impõe limites ao crescimento da massa de mais-valor, se torna notório um limite lógico do modo de produção capitalista. O que significa dizer que ao adentrar a sua fase tardia, o capitalismo evidencia o movimento autocontraditório no qual a maturação do

⁹ O rearranjo sociopolítico que tem início a partir destas transformações giram em torno do desmonte do Estado de bem-estar social europeu, que segue em curso. No âmbito do processo de trabalho inclui a rápida reconstrução e destruição de habilidades e o retrocesso do poder sindical sobre o qual se estabelecia uma das estruturas políticas do regime fordista.

desenvolvimento consiste em sua própria negação¹⁰. Se para sua autopreservação o capital não pode automatizar por completo a produção material, o que se enfatiza é que a tendência a diminuir trabalho criador de valor através de constantes renovações tecnológicas vai pesar sobre o capital em sua fase tardia atravancando sua capacidade de interromper a queda na taxa de lucros através da elevação da taxa de mais-valor.

Logo, as transformações do processo produtivo realizadas pela sociedade burguesa e protagonizadas pelo desenvolvimento técnico e científico representam enormes êxitos alcançados pelo desenvolvimento tecnológico, mas trazem à luz as suas imanentes contradições. Se é considerada a participação (não coadjuvante) do complexo militar-industrial no mencionado desenvolvimento tecnológico, se torna incontornável a percepção de que os critérios da acumulação capitalista sequer levam em conta a sobrevivência dos seres humanos, porquanto são configuradas forças produtivas com alto poder de destruição da humanidade.

A exuberância da produtividade em escala social ampliada que é promovida pelo trabalho abstrato paradoxalmente associa-se à marginalização de grandes parcelas da sociedade sem que estas possam realizar suas necessidades essenciais. Os avanços técnicos que representam maior capacidade de apropriação da natureza, sequer têm como critério a destruição desta última, de forma a não considerar nem mesmo a sua finitude. Os burburinhos mais ou menos alarmantes em torno da necessidade de preservar o meio ambiente e dar um caráter socialmente responsável à produção, não alcançam o questionamento real do desenvolvimento das forças produtivas. O monumental aparato tecnológico do capitalismo do século XXI conforma um amontoado de coisas acumuladas que objetiva alimentar a estrutura desta forma social, mas mantém a perpetuação da fome para grandes parcelas da população mundial como seu reflexo no espelho¹¹.

Portanto, o trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva – e se entrelaça com o movimento autocontraditório do capital que devém crise estrutural – nos oferece elementos para compreender de que maneira se configura o distanciamento entre a atividade produtiva, criativa, e reflexiva dos seres humanos, e as suas próprias necessidades elementares. Nesse sentido, o apertar da engrenagem própria dessa forma social encurrala as possibilidades da

¹⁰ “O próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, p. 588).

¹¹ Sabe-se que só entre outubro de 2010 e abril de 2012 morreram de fome cerca de 260 mil somalis, sendo a metade deles crianças (Folha de São Paulo online, acesso em maio de 2013).

produção social de conhecimento, sobretudo no contexto da crise capitalista contemporânea, e desemboca na necessidade de forjar estratégias para driblar os sintomas da crise – estratégias estas que estabelecem novas exigências tanto para o Estado quanto para universidade.

III

As grandes transformações produtivas reafirmam a entrada numa fase do sistema capitalista em que o capital alcança sua maturidade, contudo, o domínio absoluto do capital que tudo transforma em mercadorias evidencia a percepção de que “a maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão” (ADORNO; HORKHEIMER, p. 41, 2006). O perigo óbvio posto pela sociedade produtora de mercadorias, desde que se desliga de necessidades concretas e passa a ter como finalidade exclusiva a reprodução do dinheiro, é que esse processo assume um dinamismo que não reconhece limites. Assim, à medida que as possibilidades civilizatórias parecem se exaurir, evidencia-se a barbarização que se generaliza nas formações econômicas e sociais do capitalismo tardio, atingindo a totalidade da vida social ao realizar uma expropriação em escala planetária que coloca em risco inclusive a preservação do planeta e alerta para o caráter necessariamente destrutivo da produção capitalista. Contudo, a existência de uma realidade incontornável que estabelece limites concretos coloca o capitalismo contemporâneo, que é resultado das transformações ocorridas desde a década de setenta, diante de um quadro de crise estrutural¹².

Sinaliza o quadro de crise estrutural do capital a finitude dos artifícios encontrados historicamente para driblar as crises cíclicas. As possibilidades de expansão que puderam oxigenar o sistema anteriormente chegam ao seu limite à medida que o capitalismo alcança todo o globo com sua estrutura desigual e centralizadora. A partir da terceira revolução tecnocientífica, as renovações tecnológicas que expurgam trabalho vivo não encontram mais quem possa absorvê-lo na proporção e velocidade necessárias, deixando descoberta a dificuldade de manter elevada a extração de mais-valor. A criação de novos produtos não consegue alavancar uma onda expansiva, uma vez que a produção baseada na microeletrônica não mobiliza a enorme quantidade de trabalhadores que foi mobilizada pela produção fordista. Neste contexto, as grandes corporações multinacionais, como representantes do capital em

¹² São diversos os autores que afirmam a existência de uma crise estrutural na análise da realidade contemporânea elaborando argumentações nesta direção. Devem-se ser referenciadas aqui as elaborações de MANDEL (“O capitalismo tardio”, 1985); MENEGAT (“Sem lenço nem aceno de adeus”, 2008); e MÈSZÁROS (“Para além do capital”, 2002; e “O poder da ideologia”, 2010).

sua fase tardia, buscam dissimular suas contradições inexoráveis com renovadas estratégias de sobrevida.

As transformações societárias que ocorrem a partir da década de setenta marcam, portanto, o período em que a ordem do capital se planetarizou e o esgotamento da “longa onda expansiva” do desenvolvimento do capitalismo que estava garantindo nas décadas anteriores um crescimento significativo para o capital. A redução da taxa de lucro é a razão pela qual e sobre a qual incide a necessidade de uma ofensiva econômica e política do capital. A força de trabalho humano, que sob a ordem capitalista é mercadoria, tem seu valor substancial desvalorizado pelo “progresso” técnico, as legislações em torno do trabalho assalariado estabelecidas por meio de grandes lutas sociais são desconfiguradas e o pensamento neoliberal pretende ocultar qualquer vestígio delas. Explode o desemprego e todas as formas de superexploração por meio do subemprego, da precarização, e inclusive, do trabalho escravo.

A capacidade excedente inutilizável das grandes corporações as obriga a buscar a reestruturação racionalizada capaz de intensificar o controle do trabalho. Os investimentos em mudanças tecnológicas, a procura por novos nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais frágil, e a iniciativa de empreender fusões e estratégias para acelerar o tempo de giro do capital, são medidas acionadas na contra tendência da crise para forjar a sobrevida do capital.

Formas ideológicas que objetivam legitimar um sistema supostamente direcionado ao progresso devem explicar a crise como resultado de escassez e não de excesso – sempre falta “mais capitalismo”. Nesse sentido, o capital diante da crise pretende elaborar explicações que tenham como horizonte a recuperação econômica enquanto solução capaz de favorecer a todos. Enquanto sinais alarmantes apontam os gastos equivocados do Estado como o vilão da crise, a estrutura capitalista aprofunda seu excesso de atrocidades afastando suas possibilidades progressistas e utilizando justamente a figura do Estado para esconder suas feridas.

A chamada Crise fiscal do Estado denunciada a partir de 1973 seria consequência de uma inflexão na receita e no gasto público. Ocorre que no momento em que se observa a depressão dos fatores de crescimento e a queda da taxa de lucros, a ampliação das demandas por proteção social (em função das estratégias keynesianas que compõem o pacto welfariano) se torna um incômodo insuportável. A queda da taxa de lucros impulsiona o questionamento do custo direto e indireto da força de trabalho e implica na resistência para o atendimento das necessidades dos trabalhadores. A preservação da carga tributária para a população indica um

redirecionamento do fundo público no curso dos interesses do capital caracterizando um Estado de Bem-Estar “às avessas” que favorece o empresariado (BEHRING, 2009).

Na verdade, a defesa neoliberal de cortes nos gastos públicos consiste num argumento utilizado com a intenção de diminuir os custos sociais do Estado e impor o redirecionamento do fundo público combinado à diminuição de taxaço sobre o capital.¹³ Compreende-se que o Estado capitalista surge para sustentar a classe dominante através das funções primordiais de reprimir e integrar – de forma distinta, mas entrelaçada – e de garantir as “condições gerais de produção”,¹⁴ estabelecendo uma mediação direta entre infra e superestrutura. Entretanto, no capitalismo tardio, o Estado vai incorporar uma quantidade progressivamente maior de setores produtivos e reprodutivos às “condições gerais de produção” que financia. No intuito de interferir nas dificuldades de valorização do capital, o Estado oferece oportunidades adicionais para que o capital encontre investimentos lucrativos, como na indústria de armamentos, de “proteção” ao meio-ambiente, através da “ajuda” a outros países, e na realização de obras de infra-estrutura. O fato é que nestes casos é o subsídio do Estado que torna o investimento efetivamente lucrativo.

Portanto, o Estado capitalista passa a conjugar além de funções diretamente econômicas, o reforço à ideologia da economia onipotente, que através de seus poderes técnicos é capaz de assegurar crescimento constante, consumo ilimitado e deste modo, uma sociedade integrada. Para se inserir na dinâmica do capitalismo contemporâneo, o Estado nacional deve orientar-se por políticas neoliberais que consolidem a quebra de barreiras políticas no sentido de garantir a rentabilidade do capital; reestruturação produtiva, mundialização, e flexibilidade, são o conteúdo da normativa de competitividade.

Entre o fim da década de setenta e a década de oitenta, representantes governamentais de diversos países assumem o protagonismo das fortes inflexões político econômicas, que reivindicam a teoria do “neoliberalismo” enquanto diretriz de pensamento e administração econômicos. O neoliberalismo vai se constituir como teoria das práticas políticas e econômicas que propõe que o bem-estar dos seres humanos pode ser alcançado através da liberalização das liberdades e capacidades empreendedoras individuais, fundamentada nos

¹³ Considerando o impacto da reestruturação produtiva que pulveriza a grande indústria e propicia o crescimento da informalidade, o que dificulta a arrecadação pelas fontes da seguridade social e produz com isso fortes implicações na carga tributária, percebe-se que é o capital quem mais onera o Estado através de suas necessidades de preservação.

¹⁴ Por “condições gerais de produção” entende-se a disposição de condições gerais sociais e técnicas para o processo de produção – tais como meios de transporte, de comunicação, lei e ordem estáveis, mercado nacional com um sistema monetário, Estado territorial, sistema educacional apropriado às necessidades de expansão econômica do capitalismo, e etc. (MANDEL, 1985).

direitos à propriedade privada, ao livre mercado e ao livre comércio. As reviravoltas destrutivas desse processo de “neoliberalização” impactam não apenas as estruturas institucionais e de poder, mas também as relações sociais, o âmbito do trabalho, as novas combinações de tecnologias, as atividades reprodutivas, as formas de ligação à terra, os modos de pensamento e de vida.

Em suma, o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. [...] Na medida em que julga a troca de mercado ‘uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas’, o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (HARVEY, 2011, p. 13).

Assim, construções ideológicas neoliberais distorcem termos como liberdade, cidadania e democracia, reforçando-as enquanto elucubrações abstratas. A desregulamentação é apresentada como um mecanismo de modernização que eleva a sociedade civil, livrando-a de um Estado “protetor”. Não obstante suas empobrecidas formulações teóricas, o discurso neoliberal convence as massas (não apenas através de formas discursivas, mas também da historicamente necessária coerção) de que suas estratégias no enfrentamento da crise são as únicas possíveis, e a abordagem técnica destas estratégias supostamente as tornaria neutras. Compõe esse senso comum uma confiança cega nos valores do mercado, na possibilidade de alcançar estabilidade social através de relações mercantis seguras.

Nesse contexto, a corrida em direção à “flexibilização” engendra a hipertrofia de atividades financeiras, decorrentes tanto da superacumulação quanto da especulação descontrolada. As atividades financeiras vão se tornando progressivamente autonomizadas de regulação estatais ou nacionais e apresentam – por meio do desenvolvimento de tecnologias de informação – uma incomparável mobilidade espaço-tempo.¹⁵ Esse fenômeno é acompanhado pela segmentação da produção que se transforma de maneira horizontalizada e descentralizada promovendo mobilidade à esfera produtiva com estruturação de redes supranacionais.

A exaltada globalização econômica está diretamente relacionada ao processo de financeirização do capital e à formação de redes supranacionais nas unidades produtivas. Para perseguir mercados e a realização de superlucros, as grandes corporações comandam

¹⁵ As novas tecnologias de informação vinculam-se à necessidade de acumular, transferir, armazenar, analisar e usar uma grande quantidade de dados que possam orientar decisões no mercado global.

articulações supranacionais de integração compostas por megabloco que intensificam o nível de competitividade intermonopolista e reconfiguram o panorama político-econômico do mundo. É a liberalização e a desregulamentação que levam à abertura dos mercados nacionais e permitem sua conexão em tempo real promovendo a integração internacional dos mercados financeiros.

A aceleração do tempo de rotação do capital fixo gerada pela busca de superlucros através de “rendas tecnológicas” também incide sobre o tempo de rotação do capital circulante. Ocorre que a necessidade de reconverter continuamente capital circulante em capital fixo acelera o processo em que as empresas convertem seu capital total em capital fixo e adquire capital circulante por meio de créditos bancários. Na medida em que se esgota o mecanismo de compensar a diminuição da produtividade de valor através da ampliação da produção, o financiamento do crédito muda de natureza. O estabelecimento de uma lógica baseada na inversão da relação entre o ciclo de crédito e o ciclo industrial, e na crescente sincronia internacional do capital industrial, expressa a vulnerabilidade que pode ser medida pela crise que ataca o sistema monetário internacional.¹⁶

Sociedades anônimas multinacionais formam um mercado monetário organizado mundialmente e procuram se proteger a qualquer custo de perdas repentinas no câmbio, da possibilidade de serem recolocadas barreiras de controle de moedas ou capitais. Mas, o fato é que a despeito de todos os esforços empreendidos, o capitalismo tardio expressa em cada uma de suas estratégias de recuperação a sua dificuldade para valorizar o valor ilimitadamente: ainda que o capital possa se esforçar para impedir que a inflação moderada se torne exorbitante, ele não é capaz de fazer com que a expansão do crédito internacional o transforme em dinheiro.

A expansão do crédito, ao estender a capacidade de consumo das pessoas através do endividamento e criar condições de investimento para as empresas quando há capacidade ociosa, restabelece temporariamente os requisitos necessários para o funcionamento da máquina financeira. Contudo, a oferta ilimitada de crédito empurra o capital até o limite extremo que corresponde à impossibilidade de extrair excedente do trabalho humano suficiente para reproduzir as cifras astronômicas de capital fictício.¹⁷ É o Estado quem vai

¹⁶ Se até a década de setenta pode-se afirmar que a especulação financeira acompanhava relativamente o ritmo e o volume da acumulação real, a partir deste marco as movimentações financeiras se desconectam do processo produtivo de forma que a relação entre a acumulação real e a especulação financeira se torna absolutamente assimétrica. O sobe e desce alucinado de índices como o Dow Jones expressa abertamente a lógica fictícia que sustenta a economia mundial.

¹⁷ Capital fictício é o capital que se baseia na especulação e na expectativa de ganhos futuros (MARX, 1984b).

assumir a hedionda tarefa de sustentar essa ficção por meio de ações, empréstimos, ou da impressão direta de papel moeda.¹⁸ Ou seja, a dívida pública dos Estados que cresce muito mais rapidamente que a economia está diretamente vinculada à bolha financeira explosiva que se desprende dos processos reais de acumulação.

Assim, os elementos apresentados até aqui nos permitem perceber o vínculo existente entre o desenvolvimento das forças produtivas impulsionado pela ciência, os determinantes da crise contemporânea, e as exigências que são postas para o Estado no intuito de forjar as estratégias de sobrevivência desta forma social que são executadas nas últimas décadas. O que se quer apontar reunindo estes elementos é a necessidade de que sejam alinhavados estes fios que comumente aparecem soltos, para que seja possível pensar como o contexto da crise atual atravessa a universidade, e, portanto, para compreender qual o sentido de sua refuncionalização.

IV

Um caminho interessante para aproximar a discussão no intuito de pensar como as diversas dimensões da crise atual incidem na universidade, é tratar diretamente do caso brasileiro. Nesse percurso, é importante considerar primeiramente que o desenvolvimento do capitalismo cria, no âmbito da organização internacional da economia, uma estrutura na qual o crescimento das nações periféricas é subordinado às necessidades e aos interesses políticos e econômicos das nações centrais. Esta estrutura contraditória envolve a funcionalidade das nações periféricas em relação às nações centrais que alastram a expansão capitalista pelo globo, e consiste numa chave interpretativa fundamental para pensarmos a integração do Brasil no capitalismo mundial, na medida em que se percebe que o que é arcaico e o que se torna moderno na formação de uma nação capitalista periférica como a nossa não se polarizam no sentido de que é preciso superar o primeiro para alcançar o segundo, mas consistem ambos na verdade em polos de uma mesma unidade dialética. Portanto, as transformações contemporâneas do capitalismo que desembocam no contexto de crise estrutural ressoam pelas bandas de cá através da perpetuação da subordinação periférica e são forças que atuam também na determinação da função social da universidade brasileira.

¹⁸ É interessante notar a passagem do ouro ao papel dinheiro: na medida em que o segundo, diferentemente do primeiro, pode ser produzido ilimitadamente, perdem-se os parâmetros para o processo de endividamento, desarticulando um último dispositivo de segurança.

O surgimento tardio¹⁹ da universidade brasileira pode ser associado à ausência de necessidade de se investir na produção de conhecimento mais elaborado (do tipo acadêmico) num país agroexportador. No Brasil a universidade surge exatamente como uma necessidade decorrente do processo que pretende estabelecer um novo modelo de organização econômica através de novas formas de produção capazes de efetuar a passagem da república oligárquica agrária para a industrialização urbana. O desenvolvimento do chamado modelo de substituição de importações – que tem a oportunidade de emergir devido à peculiaridade do momento em que as nações centrais se ocupavam de tentar superar a primeira grande crise do capital, em 1929 – e as transformações provocadas pela Revolução de 1930, implicam a necessidade de concluir o circuito cultural e político da frustrada revolução republicana. Segundo Ianni (2004), essa é a conjuntura em que se desenvolve a Universidade de São Paulo que se configura como a primeira experiência brasileira relevante.

Deste momento para o tempo presente o desenvolvimento da universidade brasileira se efetua através de refuncionalizações que, a despeito de manifestações contrárias – e aqui, se considera, sobretudo, as perspectivas mais concretas de realizar reformas de base projetadas por elaborações coletivas oriundas da peculiar unidade popular que ocorre no período pré-1964 –, são promovidas pelas sucessivas “contra-revoluções” ou “revoluções pelo alto” que marcam a história de formação do Brasil. Efetivamente é o programa da Ditadura Militar que, através de uma ruptura profunda com as movimentações populares que o antecederam, consolida a universidade brasileira e a moderniza de acordo com as suas prioridades.

Situando o curso das transformações a partir do desenvolvimento da sociedade brasileira, ocorre que o regime militar, por seu conteúdo programático, tinha limites que o circunscreviam em um tempo histórico determinado. Ao se concluir relativamente o parque industrial moderno que devia completar o circuito produtivo do modelo de substituição de importações, o país se encaminhava para outro contexto da dinâmica internacional caracterizado por um novo nível de acumulação e por grandes transformações produtivas. A nova fase do capitalismo coincide com o fim da ditadura militar que completa de maneira autoritária – através de uma contrarrevolução preventiva – o nosso processo de substituição de importações.

¹⁹ Considera-se tardio, sobretudo, comparando-o ao surgimento de universidades em outros países da América Latina. Se pensarmos que em 1918 já estava florescendo na Universidade Nacional de Córdoba (Argentina) um forte movimento de reforma que teve profundos impactos na universidade latino-americana, fica evidente tal “atraso” brasileiro.

O amadurecimento da terceira revolução tecnocientífica nos países centrais altera os processos produtivos configurando um novo salto com condições de produção extremamente complexas. O esforço do país em copiar as bases tecnológicas da Segunda Revolução Industrial não poderá alcançar esse novo avanço de desenvolvimento tecnológico pelas condições históricas e imanentes que envolvem a relação de dependência entre o crescimento das nações periféricas e o domínio das nações centrais que perpetuam a unidade dialética entre o arcaico e o moderno. A revolução tecnocientífica que promove a automação anula a fronteira entre técnica e ciência, e coloca os países periféricos na condição de copiar o descartável sem que seja possível copiar a matriz da unidade técnico-científica. A obsolescência programada impõe um ritmo de investimento sempre além do limite das forças²⁰. A partir das décadas de 1980 e 1990 a combinação entre o estatuto rebaixado da força de trabalho e a dependência externa se reforça na produção de um mercado interno apto apenas a consumir cópias e na reconfiguração da identidade de país exportador uma vez que a produção volta-se ao mercado externo.

Deste modo, a reforma do Estado efetuada no Brasil ao longo da década de noventa promove a sua adequação ao reordenamento mundial. A decadência que resulta do esgotamento do padrão de financiamento dos mecanismos de crescimento e do fracasso dos sequenciais planos econômicos de combate à inflação, permite que sejam implementadas reformas estruturais de caráter neoliberal como complemento de um esquizofrênico processo de modernização. Organismos multinacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), assumem a dianteira na articulação do sistema globalizado, indicando quais são os caminhos apropriados para os países periféricos se inserirem na economia mundial – o BM enquanto avalista das transações financeiras dos países, como o Brasil, que desde a Crise da Dívida de 1982 se encontram “atados”, adquire o poder de estabelecer condicionalidades que são expressão dos interesses econômicos e geopolíticos das grandes corporações do capitalismo mundial. Tais caminhos são indicados a partir de um diagnóstico da crise que desvia das condições que a originam e propaga a possibilidade de superá-la através de determinadas estratégias que consistiriam no direcionamento seguro e tecnicamente correto para que se alcance a estabilidade da economia globalizada.

²⁰ Esse típico processo de formação consiste numa forma de ser que ainda que pareça um “não ser”, cumpre uma função necessária na reprodução das distinções e expropriações entre os povos que configuram o curso “natural” da expansão da sociedade mercantil constituída pela contradição entre o ininterrupto desenvolvimento das forças produtivas e a miséria em que se permite viver uma determinada parte da humanidade.

No que se refere à reforma do ensino superior no Brasil, as ações empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso não apenas são levadas a diante pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, como são também aprofundadas por este último. Não obstante a ampliação do número de Instituições de Ensino Públicas, em especial, o aumento no número de universidades, o fato é que o governo Lula prossegue na execução da política do Banco Mundial materializando a diversificação das instituições de ensino, dos cursos, e das suas fontes de financiamento por inúmeras vias.

Neste percurso, que abrange um pouco mais de uma década, em que a universidade brasileira é refuncionalizada é importante notar que além da influência de forte impacto dos organismos multinacionais, conflui também a intervenção de outras forças, quais sejam: os setores produtivos brasileiros que compõem o capital industrial, e os empresários do ensino privado que compõem o capital de serviços. Estes atores se apresentam ao longo do desenvolvimento da universidade brasileira, mas, atuam com mais intensidade a partir da década de 1990, participando no jogo de forças que tem o Estado como mediador central.

Os setores produtivos passam a intervir de maneira mais efetiva na refuncionalização da universidade brasileira a partir dos debates em torno do projeto de lei da Reforma do Ensino Superior. O financiamento de pesquisadores em projetos de desenvolvimento tecnológico, o oferecimento de bolsas de iniciação científica, e a criação de “incubadoras de empresas” dentro das universidades, serão algumas das maneiras através das quais irá se reafirmar a preocupação em atrelar a pesquisa científico-tecnológica e os currículos universitários às demandas industriais. O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) – que desde a sua criação em 1969 representa os interesses industriais na interação universidade-indústria – elabora neste período documentos que sistematizam suas preocupações principais e propostas, intervindo diretamente na proposta de Reforma do Ensino Superior. Dentre as sugestões apresentadas nestes documentos, destacam-se aquelas que defendem o fortalecimento de uma política tecnológica, sobretudo através da ampliação da oferta de recursos humanos nessa área específica; a importância de flexibilizar a concepção de autonomia universitária, para que seja possível inserir a universidade brasileira no movimento internacional que estabelece padrões de interatividade de currículos, e de diferenciação das instituições; e ainda, a necessidade de expandir o ensino superior sem efetuar um maior dispêndio de recursos orçamentários, porquanto a prioridade do orçamento deve ser o pagamento da dívida pública. Trata-se, portanto, de conceber educação e produção de conhecimento como insumos necessários para

a reprodução ampliada de capital, que serão alvo de investimento na medida de sua rentabilidade²¹.

O novo ramo dos empresários do ensino por sua vez, busca ampliar seus negócios vinculados à comercialização direta do ensino superior, e, ao mesmo tempo, se adequar à economia competitiva, que estabelece a globalização dos sistemas educacionais e configura uma educação superior de caráter transnacional. Acompanhando o movimento de expansão do setor de serviços que corresponde à capitalização das mais diversas dimensões da vida social, este ramo comercial passa a ocupar uma posição peculiar na estrutura econômica, social e política brasileira, tornando-se responsável pela absoluta maioria das vagas oferecidas pelo ensino superior no Brasil. Defendem a livre atuação da iniciativa privada e a necessidade de que seja legalmente permitida a criação de instituições com diferentes graus de autonomia²². Ocorre que para este nicho de mercado a educação trata-se de um negócio através do qual se torna possível extrair da transferência de valor parcelas importantes de lucro; a possibilidade de assimilar conhecimento de maneira qualitativamente mais aprofundada apenas tangencia as instituições de ensino privadas, especialmente se considerarmos a insignificante parcela destas que possui pós-graduação e consegue garantir a fixação de professores que atuam como pesquisadores – quando se aproximam da preocupação em desenvolver pesquisas, estas instituições, em geral, demandam recursos públicos para as viabilizarem.

Em que pese alguma polarização de seus interesses imediatos – no caso, a preocupação dos empresários industriais com a qualidade do ensino superior se confronta com a defesa dos empresários do ensino em torno da liberdade de expansão do seu comércio que não fique submetida à padrões rígidos de qualidade –, parece claro que não se tratam de perspectivas efetivamente contraditórias. Não obstante o fato de que priorizem as suas particularidades, ambos os setores concebem educação e conhecimento de acordo com a funcionalidade de um e de outro para o desenvolvimento das forças produtivas e para o atendimento das necessidades do capital, sem que precisem se submetidos à algum critério social. Na confluência de interesses dos setores representativos do capital, é a atuação do Estado quem vai mediar as necessidades de cada um, organizando para este fim a refuncionalização da universidade brasileira através de uma série de legislações.

²¹ Nesse sentido, vale lembrar uma peculiaridade das universidades periféricas, qual seja: oferecer sua infraestrutura, seus recursos técnicos e humanos, e o direcionamento de suas pesquisas na área tecnológica para o desenvolvimento das forças produtivas das principais indústrias do país, porquanto estas, em geral, não possuem um setor interno específico para Pesquisa e Desenvolvimento, tal como ocorre no setor produtivo dos países centrais.

²² Nessa linha, serão criadas as seguintes diferenciações: universidades, centros universitários, faculdades isoladas ou integradas, e ainda, institutos especializados por linha de saber.

Nesse sentido, pode-se pensar como o conteúdo programático do Estado atualmente vai orquestrar, através da legislação, as suas diversas refuncionalizações de maneira que possam confluir os diversos interesses nelas envolvidos – sobretudo, se considerarmos as funções que são assumidas por este diante da crise contemporânea. A leitura atenta das legislações que giram em torno da reforma do ensino superior, permite que seja percebida sua unidade complementar: a Lei de inovação tecnológica (2004) e o Projeto de Lei da Reforma (2006) atendem às demandas do capital industrial ao flexibilizarem a interação direta entre universidade e indústria, e são complementadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2007) que garante a expansão de vagas (proporcionando a ampliação de recursos humanos) com praticamente os mesmos recursos orçamentários já existentes sob uma lógica gerencial nunca antes vista na universidade pública; o projeto de Lei da Reforma, ao prever as diferenciações e fragmentações das instituições de ensino, permite a livre expansão do setor privado alavancada pelos empresários do ensino, e esse incentivo é complementado de maneira astuta pelo Programa Universidade para Todos (2005) que subsidia e administra as vagas ociosas das IES privadas, ao mesmo tempo em que fortalece o discurso da universalização do acesso; por fim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (2004) compõe bem o cenário estabelecendo um formato de avaliação fundamentado em critérios preponderantemente quantitativos.

Portanto, parece possível afirmar que as sucessivas mudanças efetuadas na universidade brasileira a partir da década de noventa a expõem às mesmas regras rígidas da produção e comercialização de mercadorias, integrando-a à valorização do capital através da produção e da venda de tecnologia, da indústria cultural, e também das técnicas de gestão social. Contudo, também parece claro que mesmo a produção de tecnologia se restringe ao que é possível para uma economia periférica subordinada, o que significa afirmar que tal produção sequer se aproxima de um sentido autorreferente que projete atender às reais necessidades da sociedade brasileira.

Na realidade a autonomia que conhecemos é aquela que permite à universidade apenas o gerenciamento da captação de recursos de outras fontes por meio de parcerias com empresas privadas. O estabelecimento de metas e indicadores de desempenho incrementa a mencionada noção de autonomia pela possibilidade de desintegrar o regime único de trabalho através da utilização de contratos flexíveis, simplificar processos de licitações e gestão financeira, adaptar currículos às necessidades do mercado, e etc. Nesse ínterim, qualidade, excelência e competência são rotulações atribuídas sob o critério das atividades universitárias atenderem às

necessidades de modernização da economia, entretanto, nota-se a medida da qualidade será quantitativa: ela corresponde à produtividade definida através da relação entre quantidade, tempo e custo. Logo, torna-se possível medir quanto uma universidade produz, em quanto tempo e com qual custo, ainda que não seja comum que se formule alguma ponderação a respeito do quê se produz, como, para quê ou para quem.

Uma análise séria e cuidadosa dos textos legais e da realidade conformada pela contemporânea reforma do ensino superior no Brasil, talvez possa tornar ingênua a preocupação nos termos da privatização do ensino caracterizada pelo estabelecimento de práticas mercantis que envolvam a participação dos setores empresariais nessa área, isso porque o que parece saltar aos olhos é um tipo de refuncionalização da universidade, típica de um tempo acelerado e celerado, que a mantém restrita à medida do valor de troca do que se produz em seu interior. Deste modo, afirma-se que há um sentido na operacionalização da reforma do ensino superior que corresponde à adequação da estrutura universitária às necessidades contemporâneas da sociedade produtora de mercadorias – vinculadas às estratégias de enfrentamento à crise – e que reforça o esvaziamento do conteúdo das atividades humanas.

Contudo, se a crença na missão atribuída à educação para salvar os destinos permanece habitando o imaginário coletivo, a realidade da universidade periférica, como a brasileira, ainda é marcada pela fé no desenvolvimento que ainda vai acontecer, e que acontecendo viria a oferecer crescimento da economia e melhor distribuição de renda.²³ A experiência dos países asiáticos tem sido utilizada para comprovar a importância da educação para o crescimento em tempo recorde da produtividade da mão de obra e para aquisição de vantagens comparativas.²⁴ Não obstante, o que se pretende através desta argumentação, é evidenciar que a ampliação da educação universitária é incapaz de alavancar um crescimento econômico que possibilite a superação do quadro de crise, e, sobretudo, que é um equívoco

²³ “A tese de que a educação e a ciência ‘per se’ transformar-se-iam em um fator de elevação do homem a uma nova etapa da civilização levou consigo em seus momentos as ilusões de que a ‘democracia’, a ‘liberdade’ e a ‘fraternidade’ poderiam impor-se no contexto da sociedade capitalista avançando em direção a um igualitarismo crescente. Nestes nossos países [periféricos] tratou-se, sem embargo, de uma ilusão tardia ou de uma cobertura ideológica das oligarquias que dominavam o processo de integração de nossa região como semi-colônias da capital metropolitana” (KIEŹNIK, 2012, p. 27-28).

²⁴ O exemplo foi utilizado recentemente (2012) em palestra proferida pelo ministro brasileiro de Ciência e Tecnologia, Marco Antônio Raupp – é claro que foram desconsideradas as condições de trabalho nas fábricas chinesas, nas quais se encontra regime de trabalho semiescravo de centenas de milhares de pessoas que só é interrompido para alimentação e para dormir, em troca de um salário ínfimo, sob o comando de um regime ditatorial, que tem como decorrência a recorrência de suicídios.

imaginar que a ininterrupta formação de especialistas seja capaz de impulsionar qualquer desenvolvimento razoável em seu conteúdo humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É realmente incontestável o fato de que as diversas legislações em torno da Reforma Universitária brasileira promovem em seu conjunto uma acelerada expansão do ingresso no ensino superior – capaz de dobrar o número de matrículas e fazer com que, só entre 2011 e 2012, 867 mil brasileiros tenham recebido um diploma²⁵. Porém, alerta-se para a importância de tentar tatear, em meio à nebulosidade gerada pelo reconhecido mérito do ingresso expandido – que insere, inclusive, parte da população para quem o acesso à educação foi historicamente impedido –, a percepção de que por essa via não apenas são alcançadas outras metas tantas, todas elas vinculadas às tarefas atribuídas ao Estado para sustentar a acumulação do capital diante da crise, mas, sobretudo, de que esse caminho pode estar nos levando à lugar algum.

Conforma-se uma diversidade impressionante de centros que funcionam como repassadores de conhecimento técnico (quando muito) e se aproveitam da possibilidade de capitalizar qualquer brecha da vida social. Ao mesmo tempo, são preservados os centros de “excelência” públicos em determinadas áreas do conhecimento de acesso quase exclusivamente restrito à determinados setores da população, nos quais a produção do conhecimento também é absolutamente condicionada pelas necessidades técnicas do capital, entretanto, a extração de resultados mais valorizados na divisão capitalista do trabalho implica um forte investimento de recursos, assim como as mais “promissoras” promessas de inserção no mundo do trabalho para os estudantes²⁶. Nesse quadro, as verdadeiras mazelas da sociedade brasileira passam ao longe das preocupações em que se foca a formação universitária, no sentido de que seja assumida a responsabilidade de serem buscadas formas coletivas para superá-las ou ao menos questioná-las.

Em seus centros com o maior nível de “excelência” a universidade prioriza o processo de assimilação de conhecimento técnico-científico e de organização e gerenciamento de dados

²⁵ Dado fornecido pelo IBGE e encontrado na reportagem intitulada “Geração diploma’ lota faculdades, mas decepciona empresários” lida através do site da BBC Brasil – acesso em outubro de 2013.

²⁶ Não deve ser absurdo considerar que uma das funcionalidades da expansão do acesso ao ensino superior – que garante ingresso àqueles que desde muito cedo se deparam com a incontornável necessidade de trabalhar – seja justamente tentar adiar a inserção da população num mercado de trabalho que agoniza. Também o prolongamento da formação sustentado por bolsas de estudo parece cumprir essa função.

necessários para o mercado, tal como uma empresa prestadora de serviços. A pressão que se estabelece para que os intelectuais obedeçam ao ritmo de produtividade de qualquer outro setor da economia, se expressa na crescente medida de seu trabalho por índices e critérios quantitativos que esvaziam o conteúdo do que por estes é produzido; ocorre que o produtivismo acadêmico reproduz em série artigos, trabalhos, teses e dissertações, e o conjunto desse material pode alertar para a redundância que tomou conta da vida acadêmica.

Todavia, ainda segue legitimada a ideia de que ou se consegue uma boa educação ou define-se fracassado o destino do sujeito na “marcha do progresso”. Dessa perspectiva deveria inferir-se, portanto, que ao adquiri-la está garantido o outro lado da moeda: o sucesso. Contudo, o fato é que os “senhores do mundo” não podem refutar a função da educação enquanto instrumento de qualificação técnica, mas os estudos internacionais mais recentes acerca de emprego, produtividade e distribuição de renda, atestam o óbvio: “a boa educação é incapaz de responder aos problemas criados pelos choques negativos que vulneram as economias contemporâneas” (BELLUZO, 2012, grifo meu). A realidade na Europa e nos EUA demonstram claramente que ter recursos humanos altamente qualificados pouco pode ajudar uma economia que “patina” sem conseguir criar novos empregos. Ocorre que numa sociedade em crise “a educação naufraga como propulsora do emprego e da distribuição de renda” (BELLUZO, 2012).

É nesse sentido que os esforços feitos na direção de compreender os determinantes da crise atual parecem ser imprescindíveis para que seja possível assumir a tarefa de construir uma ponte entre as inúmeras e urgentes demandas da humanidade e o sentido da própria atividade produtiva e reflexiva dos seres humanos. Nesta perspectiva, os elementos aqui lançados – que apontam para a existência de um vínculo entre o direcionamento assumido pela produção social de conhecimento na sociedade moderna, o desenvolvimento das forças produtivas, os determinantes da crise estrutural, e a novas exigências que são postas para o Estado na atualidade – o são na medida em que se considera que o nexos entre eles permite traçar um caminho possível para pensar como a universidade é cortada pela atual crise, e, fundamentalmente, para compreender como, ao apertar sua engrenagem, o capitalismo esvazia as potencialidades da produção social de conhecimento, determinando o sentido da refuncionalização operada na universidade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Expressões políticas da Crise e as novas configurações do estado e da Sociedade Civil**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais- Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2009 (Unidade I, seção 1.3, p.69-86).
- BELLUZO, Luiz Gonzaga. **Terceiro Milênio: Escola e Cidadania**. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/escola-e-cidadania/>, 2012.
- BRASIL. Projeto de Lei 7200 que estabelece normas gerais para a educação superior, 2006. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=BB6399CADB77F805F5FE430D94C42652.node2?codteor=402692&filename=Tramitacao-PL+7200/2006.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 20 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- _____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Edições Antídoto, 1979.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011a.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Volume I, tomo 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011b.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Volume I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.
- _____. **O capital: crítica da economia política**. Volume III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.
- MENEGAT, Marildo. **Sem lenço nem aceno de adeus: formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?** In: Revista Praia Vermelha, número 18, Rio de Janeiro: PPGSS UFRJ, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- _____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, JOSÉ. **Uma face contemporânea da barbárie**. Conferência in: III Encontro Internacional Civilização ou Barbárie. Serpa, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

RIEZNIK, Pablo. **Progressismo, ciência e periferia na produção do conhecimento**. In: **Universidade e Sociedade**. ANDES/SN, p. 24-31, 2012. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1142951595.pdf>.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a Educação Superior**. São Paulo: Editora Autores Associados, 2007.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861 – 1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHWARZ, Roberto. **Prefácio com perguntas**. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.